

ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Sandro Silva - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência registra a presença dos estudantes acadêmicos do 5º semestre do curso de Direito, da Faculdade Anhanguera, do município de São José, Santa Catarina, que estão acompanhados das professoras Mariana e Graziela.

As nossas boas-vindas aos visitantes.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas,

público que nos acompanha através da TVAL, da Rádio Alesc Digital, prezados catarinenses.

Quero fazer uma saudação especial aos nossos alunos da Faculdade Anhanguera, em São José, do curso de Direito, com os quais tive a honra de conversar.

Também saúdo a sra. Marcionize Borsatto, de São Miguel d'Oeste, minha colega de profissão, trabalhamos juntos lá na Polícia Civil.

Gostaria de saudar as professoras Mariana e Graziela, com quem tive a honra de trabalhar no Detran. É uma pessoa muito competente, de destaque que com certeza engrandece muito a faculdade pelo trabalho que realiza. Falo isso de coração porque ela com seu dinamismo, com a sua alegria está sempre buscando solução para os problemas, pois no serviço público o cidadão encontra muitas dificuldades.

Então, é importante as pessoas apontarem o caminho e encontrar formas para esse caminho. É tão fácil dizer que não dá ou que não tem, mas as pessoas têm que buscar solução. Por isso, estamos com um projeto da Polícia Civil que faz uma redistribuição de cargos para permitir que todos os policiais civis comecem no início da carreira e se aposentem no final da carreira, porque hoje na carreira inicial temos quase 900 vagas e apenas duzentas vagas no final, o que faz o servidor perder o estímulo

Então, o nosso projeto quer fazer, também na Polícia Civil, com que aqueles que entram hoje daqui a 30 anos se aposentem no final de carreira na mesma situação. É um projeto que estamos debatendo com o governo para valorizar os verdadeiros servidores públicos, porque quem faz o bem na administração pública não é o prédio, não é a viatura, não é o equipamento. Você pode ter a melhor ou a pior estrutura, pois quem faz o bom servidor é a disposição e a sua vontade.

Quero saudar os servidores da Fundação Catarinense de Educação Especial, os que aqui estão representando o Sintespe, a Fundação Catarinense de Cultura, porque todos estão

querendo uma solução. O que nós políticos queremos é ajudar a encontrar a solução.

O próprio governador cita um exemplo da diferença que faz o tratamento do servidor público quando ele precisou tomar duas injeções.

A primeira injeção ele tomou num posto de saúde do município e quem aplicou foi uma servidora desmotivada, triste, que o atendeu, passou o algodão e aplicou a injeção; no outro dia, ele nem quis tomar a segunda injeção com medo de ficar com o braço inchado novamente, e então foi até outro posto de saúde, onde as atendentes, sem saber de quem se tratava, pediram para que ele sentasse, mediram sua pressão, pois o acharam pálido, depois disseram que usariam uma agulha que não machucaria tanto. Então, a injeção era a mesma, mas quem faz a diferença em qualquer lugar é o ser humano.

Assim, quero registrar a presença dos professores, dos alunos da faculdade Anhanguera e desejar a vocês, que fazem esse curso tão destacado e respeitado, que sejam grandes profissionais. O tipo de profissional que sai da faculdade depende de cada um. Entrar e sair da faculdade, todo mundo consegue, mas cada qual sairá o profissional que quiser. Saem excelentes profissionais de universidades federais e de outras faculdades também. Quem faz o profissional é a pessoa. Parabéns, que tenham um grande curso.

Quero convidar todos os deputados e todas as pessoas para uma sessão solene em homenagem ao Sicoob de Santa Catarina, pois grande parte do sistema está completando 25 anos de existência. No ano passado, numa iniciativa do vereador Fernando Callfass, de Xanxerê, foi realizada na Câmara de Vereadores do município uma homenagem ao Sicoob-Credimoc de Xanxerê, ao gerente Odir e a toda a equipe. Foi feita a entrega de uma placa pela Assembleia Legislativa.

E, neste ano, a homenagem será nesta Casa. O Sicoob de São Miguel d'Oeste é o mais antigo no oeste. A primeira cooperativa do sistema Sicoob começou em Itapiranga. Então, lá estão os primeiros passos desse sistema, que hoje já

congrega milhões de pessoas no Brasil. São 1.214 cooperativas de crédito, 38 centrais e quatro confederações, num sistema em que o associado é parceiro, dono do banco, as taxas e os juros são menores e o lucro existente é compartilhado com os associados. É um sistema inovador que hoje já passa a dominar o sistema bancário no Brasil.

Hoje teremos uma homenagem a todo o sistema Sicoob de Santa Catarina neste plenário reconhecendo o trabalho que vem sendo feito e o que ele representa para o progresso deste estado. Muitas empresas têm sido financiadas pelo Sicoob. Acompanhamos, durante a Expo Femi, o Sicoob-Credimoc de Xanxerê, e vimos os investimentos que têm sido proporcionados em parceria com o BRDE e outras instituições, num trabalhado para fomentar o desenvolvimento deste estado.

Então, entendemos que essa homenagem ao Sicoob é justíssima pelos 25 anos de fundação, de estrutura no estado de Santa Catarina, começando pelo Sicoob-Credimoc, de Xanxerê, Sicoob, de São Miguel d'Oeste, e todo o sistema Sicoob do estado e do país, que possui além do Sicoob, o Sicredi, a Unicred, Cecred e Confesol. Então, são vários sistemas e cooperativas que merecem o nosso respeito e a nossa admiração.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, gostaria de pontuar sobre uma questão importante.

Recebi um panfleto aqui sobre a greve da Fundação Catarinense de Cultura que trata, entre outras coisas, sobre a questão da evasão dos técnicos, o que acho que é grave, porque acaba se perdendo a memória da instituição quando aqueles que são os técnicos efetivos acabam saindo.

Outra questão que eles pontuam é sobre a incapacidade da fundação para gerir políticas e

programas permanentes. E também que os projetos de continuidade não existem para atender a população em geral.

Eu entendo que a cultura, assim como outras ações do estado, tem que ser para quem realmente precisa e não para alguns grupos privilegiados, que por si só já têm recursos para fazer os seus projetos de investimentos. Mas lá na ponta, lá no bairro mais longínquo do nosso estado, na menor cidade do nosso estado, é que se necessita de algumas ações para que o dinheiro da cultura, do esporte, do turismo, da saúde, da educação, acabe chegando.

Então, entendo que o pleito da Fundação Catarinense de Cultura é extremamente válido. Realmente, precisamos que o dinheiro seja socializado, que não fique nos grandes grupos, nas grandes corridas, nos grandes eventos, que de fato vá o recurso para os que mais precisam que é a população dos recantos mais longínquos de Florianópolis, Joinville, do oeste, do planalto norte, enfim, todos os lugares que não possuem acesso à cultura.

Gostaria de registrar a presença dos Trabalhadores da Fundação Catarinense de Educação Especial.

(Palmas)

Quero dizer que admiro demais o trabalho que vocês fazem, a Apae, a Ama, enfim, todos que trabalham com a educação especial.

Tenho um sobrinho que é autista, então sei o trabalho de uma família para cuidar de uma pessoa especial. Na Apae de Joinville são 350 crianças especiais que precisam de atenção.

Então, realmente mais do que um trabalho é uma vocação trabalhar com pessoas especiais. Entendo que o pleito de vocês é extremamente válido. Esperamos que o projeto venha o quanto antes para esta Casa, para ser debatido e que possamos chegar a um denominador comum, solucionando essa questão da greve, porque isso acaba prejudicando toda a continuidade dos trabalhos.

(Palmas)

Gostaria de registrar, sr. presidente, que estive hoje no Neab - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros -, da Udesc, e conversei com o professor Paulino Cardoso, que é um dos pesquisadores e referência quando se fala em política pública para a população negra quando há debate étnico racial.

Pela primeira vez fui ao Neab, conheci o trabalho de pesquisa que o núcleo faz de formação, capacitação de professores e do movimento negro também. Mas quero dizer que fiquei muito satisfeito não apenas com o professor Paulino, mas com toda a equipe do núcleo que trabalha voltada para a questão de políticas afirmativas para a população negra no estado de Santa Catarina. E também parablenizo a Udesc que tem esse núcleo atuante e que trabalha muito para as políticas afirmativas.

Ontem, deputado Kennedy Nunes, acredito que v.exa. foi marcado na mesma publicação do *facebook* do nosso amigo Elton Guerra, de Joinville, que se refere à iluminação da Serra Dona Francisca. Temos lá vários postes de iluminação que estão apagados, sendo que aquela serra quando iluminada já é um perigo constante, imaginem sem iluminação. E à noite, com neblina e sem iluminação nenhuma ela torna-se um catalisador de acidentes e de mortes na região norte de Santa Catarina.

Por isso, pedimos que o Deinfra faça a manutenção das lâmpadas e que o sr. Ademir Vicente Machado, superintendente regional do referido órgão em Joinville, nos ajude no sentido de evitar acidentes como recentemente, há duas semanas, ocorreu, culminando com a morte de mais uma pessoa naquele trecho, pois não ficamos mais de dois meses sem uma morte naquela região.

Então, precisamos de uma atenção especial à Serra Dona Francisca para que esses acidentes não aconteçam e a segurança de quem trafega naquela serra seja preservada.

Gostaria de parabenizar a Acij, pela campanha que está promovendo: *Vote certo, vote em Joinville*. Trata-se da retomada de uma campanha que a Acij havia feito há um tempo: *Vote certo,*

vote por Joinville. Mas, desta vez não é uma campanha para votar em candidatos de Joinville, mas, simplesmente, para que as pessoas que escolheram o referido município para viver, para trabalhar e que adotaram Joinville como sua cidade, transfiram seu título eleitoral, seu voto, para aquele município.

Então, é uma campanha louvável já que Joinville tem muitos imigrantes. Temos 600 mil pessoas morando no município, 380 mil eleitores e com a referida campanha queremos alcançar 400 mil eleitores. Portanto, acreditamos que até o dia 17 de maio, quando finda o prazo para que se realizem essas transferências de títulos eleitorais, obtenhamos esse número de eleitores aumentando o colégio eleitoral, pois assim elegeremos mais representantes aqui para a Assembleia.

Ontem, na minha fala no horário dos Partidos Políticos, comecei a falar que foi tratado na reunião do Fórum Parlamentar Catarinense sobre a questão do governo federal querer importar banana do Equador, sendo que o Brasil exporta milhares de toneladas desse produto, ou seja, é autossuficiente na produção de banana. E os produtores da região norte foram à reunião do fórum preocupados porque o governo federal quer fazer uma bondade ao Equador importando banana.

Assim, os bananicultores da região norte e de todo estado estão preocupados com essa medida do governo federal. A importação de bananas irá prejudicar demais quem já produz bananas aqui no estado, por isso, ressoamos o que foi falado na referida reunião do fórum sobre a preocupação dos bananicultores com essa medida do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero tratar de um tema que já tratei em outro dia aqui desta tribuna, que envolve os trabalhadores da Fundação Catarinense de Educação

Especial e as condições de trabalho do serviço que prestam, deflagrando, neste momento, um processo de greve e que num manifesto que colocaram à disposição dos parlamentares. E lembram também da responsabilidade desta Assembleia Legislativa quando nós aprovamos um pacote de leis oriundos do Executivo no final do ano passado - e obviamente não contou com o meu voto e de vários outros parlamentares -, que aumentou a diferença entre o piso e o teto salarial no serviço público estadual de 12 vezes para 32 vezes. Ou seja, ampliamos quem ganhava bem, passou a ganhar ainda melhor e quem ganhava mal continua na mesma situação.

Quero cumprimentar, assim como farei na sequência, a Fundação Catarinense de Educação Especial pela leitura que estão fazendo em discutir a ausência de uma política estadual de cultura em Santa Catarina. E que não nos falta financiamento de cultura para Santa Catarina.

Nós temos um fundo milionário, historicamente gerido para interesses eleitorais imediatos. Há uma pequena ressalva da participação do Valdir, que embora seja um homem profundamente imbuído de espírito público no trato com turismo, objetivamente não tem familiaridade nem com cultura nem com o esporte.

Então, que bom que nós tivéssemos três Valdir à frente daquela secretaria para não só dar conta do turismo, como também da cultura e do esporte, porque nós temos financiamento, mas não temos uma política pública, que não é responsabilidade exclusiva, desse governo, mas de um modelo histórico que esse governo tem perpetuado.

Mas, sr. presidente, gostaria de tratar novamente das pessoas que tem pautado a questão da Fundação Catarinense de Educação Especial.

Quero iniciar dizendo que é um argumento falacioso, e hoje nós discutimos sobre isso com alguns integrantes da categoria, quando dizem: O mundo vai acabar na sexta-feira! Então, quem conseguiu alguma coisa na sexta-feira, conseguiu, e quem não conseguiu, não consegue mais pela legislação atual.

Vejam bem, às vezes parece que eles só conversam com trouxas, porque nós sabemos que a legislação eleitoral não permite, por exemplo, pautar gratificações ou mudanças. Mas a lei eleitoral não desobriga o governo do estado de cumprir a lei que ele fez, comemorou com grande alarde no seio do serviço público do estado de Santa Catarina que deu a data-base. Passado sexta-feira a pauta continua que é a condição de trabalho que é a estrutura que nós temos no estado de Santa Catarina para o serviço público e principalmente a data-base. A partir de sexta-feira o mundo não acaba, continuamos discutindo todo o serviço público, inclusive a discussão que trago aqui.

Sr. presidente, eu gostaria de apresentar um vídeo, que têm a duração de 3,5min, que tráz alguns depoimentos de mães que utilizam o serviço aqui da Fundação Catarinense de Educação Especial.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Então, srs. deputados, este é o vídeo que faz parte de outro vídeo que já foi mostrado nesta Casa, em que vimos imagens de pedaços do teto do refeitório caindo, calçadas quebradas, já foi mostrado em outro vídeo uma série de fotos de parte do telhado que está caindo.

Eu mencionava isso com algumas pessoas que temos dialogado mais à miúdo, que nunca saímos igual de uma greve, porque é um momento que refletimos sobre o nosso trabalho, que o dia a dia nosso acaba nos consumindo de tal forma, que às vezes não se consegue pensar e pautar, muito embora saibamos de todos os problemas existentes, pois parte do que acontece no processo de greve, da nossa maturação de cidadania é de também entender isso.

É claro que precisamos de bons profissionais na Fundação Catarinense de Educação Especial, mas vocês não foram contratados para serem heróis que tiram parte dos seus salários, parte muito além da sua jornada, para arrumar, como ouvi relatos, os banheiros, que, às vezes, não tem papel higiênico. Então, ninguém é contratado para ser herói, nós queremos servidores públicos renumerados, e essa é

a parte que deveria causar espanto para quem for ler as atas dessas nossas sessões daqui a alguns anos, quando formos mais civilizados, e constatar uma greve para que a lei seja cumprida, lei de um governador que está na gestão, ou seja, ou foi pirotécnica e pouco responsável a sua atitude em propor a lei, ou, de alguma forma, ele espera que essa categoria indefinidamente prolongue a sua paralização para conseguir o que quer.

Nós não queremos, sr. governador, que essa categoria seja derrotada pelo cansaço, porque derrotar essa categoria é derrotar essas mães, é derrotar as crianças. Queremos a garantia de que esses profissionais voltem imediatamente ao trabalho com condições para desenvolver uma carreira, porque se não temos condições de pagar nossas contas no final do mês, também não temos condições de trabalhar condignamente.

É claro que se percebe que essa estratégica, essa tática governamental de empurrar tudo para depois de sexta-feira, as pessoas não querem mais ouvir a ideia de fulano ou de sicrano de que não há mais o que negociar, vai ter que haver negociação, sim, porque estamos o cumprimento de lei por quem a fez, porque não podemos nem escutar como desculpa: "Desculpa, foi outro governo que fez a lei e não temos como cumprir."

Nós estamos pedindo o cumprimento da lei por quem a fez. Depois de sexta-feira o governo corre o risco de ver unificada todas essas categorias, todas essas lutas. Por isso, esperamos uma solução para antes de sexta-feira, e se for para dizer que não, que seja cara a cara, e não por intermédio de interlocutores como tem feito até agora.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc

Digital, trabalhadores da Fundação Catarinense de Educação Especial, vocês têm toda a minha solidariedade, e também, deputada Angela Albino, todo o meu repúdio pela situação que o governo está criando, acho que é o mínimo que podemos fazer.

(Palmas das galerias)

Eu queria falar sobre o Projeto de Lei n. 0139/2012, de minha autoria, deputado Valmir Comin.

Este projeto, na verdade, que apresentei cria o Programa de Mutirão da Liberdade e dá outras Providências. Eu fui buscar, deputado Sandro Silva, no estado do Rio Janeiro, que já possui uma lei igual a esta que criei, é a Lei n. 6.670 que já foi publicada este ano.

Então, eu não entendo deputado Padre Pedro Baldissera, lá no Rio de Janeiro pode ter a lei, aqui no nosso estado não pode. Se a Constituição é brasileira, não sei por que deputado Dado Cherem, lá no Rio de Janeiro pode publicar a lei, que já está publicada, sancionada e valendo.

E o que mais me chama atenção nessa lei é que ela cria um programa de mutirão, para que possa ser feito todos os anos uma avaliação mais rápida das mulheres que estão nos presídios de Santa Catarina, pois tivemos um aumento muito grande de mulheres nos presídios, porque muitas vezes essas mulheres são presas por participarem do processo de tráfico, e muitas vezes inseridas nesse processo por seus companheiros ou pelos filhos, no crime do tráfico ilícito de drogas praticado por mulheres que foram coagidas por seus filhos e companheiros.

Então, a quantidade de mulheres nos presídios, com prisões preventivas decretadas aguardando julgamento, é impressionante. E esse meu projeto de lei, que foi copiado pelo estado do Rio de Janeiro, onde já está em vigor, o Tribunal de Justiça cria esse mutirão, deputado Sandro Silva, para os advogados, os juízes e os promotores façam o mutirão das mulheres que estão presas, para que seja feito rapidamente esse processo e que elas possam pagar a sua pena, no caso do processo já

ser transitado e julgado, para não ficar nessa enrolação.

Entendo que isso seja importante. Mas em 2012, o deputado Volnei Morastoni participava da comissão de Constituição e Justiça e ele deu um parecer favorável a esse projeto e todos os deputados da referida comissão votaram pela aprovação, ou seja, o projeto foi aprovado, foi considerado legal por unanimidade.

Srs. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero explicar aos telespectadores que todo e qualquer projeto que entra nesta Casa, passa primeiro pela comissão de Constituição e Justiça para saber se há legalidade ou não. Havendo legalidade, vai para outra comissão para discutir o mérito, não mais a legalidade, porque já foi discutida na comissão de Constituição e Justiça.

Neste caso, o parecer do deputado Volnei Morastoni, relator da matéria, foi aprovado por unanimidade e seguiu para a comissão de Finanças e Tributação. E quem pegou o meu projeto de lei para relatar, que cria um mutirão para averiguação das penas das mulheres que estão nos presídios e nas cadeias em Santa Catarina, foi a deputada Angela Albino, que decidiu fazer o que deveria ter sido feito na comissão de Constituição e Justiça, ou seja, discutir a legalidade. A comissão de Finanças não tem que discutir a legalidade, isso já foi feito e o projeto foi aprovado, tinha que discutir, sim, o mérito.

Foi feita uma diligência para o Tribunal de Justiça, que se manifestou contrário, pois consta no seu parecer que antes de fazermos o mutirão teríamos que mudar a lei para que as mulheres que fossem presas por tráfico de drogas pudessem cumprir penas alternativas. E por conta desse parecer do Tribunal, a deputada Angela Albino deu parecer pela reprovação. Não era mais para analisar a constitucionalidade, mas o mérito da matéria. Feito isso, devolveu a matéria para a comissão de Constituição e Justiça, a mesma comissão que já havia aprovado a matéria por unanimidade, dizendo que era legal. E a deputada

Ana Paula Lima, que foi a relatora do projeto deu o parecer pela reprovação. Este parecer pela reprovação foi aprovado e o projeto está arquivado.

Não entendi, sinceramente não entendi! A mesma comissão de Constituição e Justiça aprovou por unanimidade e depois, duas mulheres - e o projeto é para beneficiar as mulheres - uma da comissão de Finanças; e a outra, da CCJ, deputada Ana Paula Lima, deram pareceres contrários. Não entendi isso. Ou estou ficando louco ou não consigo entender.

Volto a questionar: como pode a comissão de Constituição e Justiça, tendo com relator o deputado Volnei Morastoni, dar parecer favorável à matéria, onde todos aprovaram por unanimidade, e depois, na comissão de Finanças e Tributação, a deputada Angela Albino, discutindo um projeto que foi aprovado por unanimidade, encaminhou para o Tribunal de Justiça que deu parecer inconstitucional. A nobre deputada Ana Paula Lima, que é a relatora, com certeza, deve ter visto o parecer da comissão de Finanças e encaminhou novamente para a comissão de Constituição e Justiça votando pela rejeição, reprovando, assim, o que já havia sido aprovado.

Não consigo entender!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Concedo o aparte a v.exa., e quem sabe possa entender o que aconteceu.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - A nossa reprovação, deputado Kennedy Nunes, foi porque esse não é o primeiro projeto desta natureza que aporta nesta Casa. Fui proponente de três projetos por entender que todas as penitenciárias e presídios do estado de Santa Catarina estão com superlotação e que muitas mulheres que estão lá dentro já poderiam estar em liberdade.

E eu também fui autora de projetos sobre a questão do pró-egresso. Todos os meus projetos foram rejeitados! Todos eles! Em todos os

momentos! Até porque a Casa não quer discutir esse problema.

A rejeição a esse projeto foi fundamentada por outros projetos que passaram aqui e todos foram votados pela inconstitucionalidade. Então, nós íamos aprovar mais um projeto que iria ser rejeitado em outra comissão.

Em nenhum momento, me desculpe deputado, eu pensei que isso não poderia ser de interesse. É do meu interesse. Estou dizendo a v.exa. que fui autora de três projetos dessa natureza: de homens e de mulheres. E por entender também que quem está lá dentro precisa voltar melhor para a sociedade, e não é isso que acontece.

Desta forma, fundamentado juridicamente, é que nós fizemos o nosso parecer contrário a esse projeto. Mas defendo essa ideia e gostaria também de que o governo do estado defendesse, porque os nossos projetos iam para lá e todos eram vetados. Então, é uma questão que temos que discutir aqui, deputado Kennedy Nunes. Acho que v.exa. vai se somar a essa nossa luta, que o Parlamento tem que ser independente, e não é isso que está acontecendo.

O SR. DEPUTADO KENNEY NUNES - Deputada, eu entendo perfeitamente a sua posição, mas o que me causou surpresa não foi tanto o seu parecer, mas foi o da deputada Angela Albino que, ao invés de discutir a matéria, não na legalidade, porque já havia sido aprovado, discutiu novamente a legalidade!

Então, deputada Ana Paula Lima, o que me causou estranheza, eu entendo desse negócio todo, é que a mesma comissão de Constituição e Justiça aprovou, por unanimidade, num primeiro momento, e depois, num segundo momento, achou inconstitucional! Não é o seu parecer, mas quero saber o que está acontecendo com a comissão de Constituição e Justiça que, num primeiro momento, aprova por unanimidade; uma comissão que tem que discutir o mérito, levanta um questionamento constitucional e diz que os membros da comissão de Constituição e Justiça estão errados, estão comendo mosca, estão comendo bolo, sei lá o que

estão comendo, estão errados. Aí a comissão de Constituição e Justiça diz: "Ah, é verdade, então vamos dar voto contrário. Está errado! Totalmente errada essa forma!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Não vou discordar dos trâmites aqui dentro, deputado Kennedy Nunes, e nesse projeto, agora me lembrei bem, houve um diligenciamento ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que exararam um parecer dizendo que isso já acontece em nosso estado em duas oportunidades, que é o mutirão carcerário.

Então, quero justificar, mais uma vez, mas mesmo assim, deputado Kennedy Nunes, nós precisamos acelerar esse processo. Concordo com v.exa. no mérito, nessa questão, porque se a Justiça não dá conta, temos que facilitar esses problemas aqui identificados por todos os parlamentares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputado do partido que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputado do partido que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Mauro de Nadal, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentar o sr. presidente, ao tempo em que

cumprimento todos os nobres pares desta Casa, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC.

Gostaria de dizer que há poucos instantes, deputado Valmir Comin, estivemos em uma audiência com o secretário de Educação, Eduardo Deschamps, acompanhado da deputada Luciane Carminatti, quando tratamos de um projeto que está em tramitação aqui na Casa: a medida provisória que trata do reajuste aos servidores da Educação.

Entendemos, depois de uma ampla explanação feita pelo secretário, as dificuldades e o malabarismo que o ele vem fazendo para atender a demanda salarial de toda categoria.

Também percebemos no secretário uma força de vontade extraordinária em tentar resolver a compactação da tabela salarial, ou seja, descompactar a tabela salarial dos servidores da Educação no estado de Santa Catarina.

Temos muito a evoluir na questão salarial, mas o importante é que percebemos no secretário uma vontade enorme de fazer com que o estado possa atender as suas necessidades, as prioridades da Educação de Santa Catarina ao mesmo tempo em que cuida, com muito zelo, da questão salarial, pois é muito importante termos um professor motivado educando as crianças catarinenses que estão nas nossas escolas.

Também quero comemorar a inauguração do asfaltamento do trecho entre a SC-283 e o município de Paial, que foi o último município do estado de Santa Catarina a receber acesso asfáltico. Hoje Santa Catarina pode se orgulhar em dizer que todos os municípios, os 295 municípios deste território, possuem um acesso asfáltico.

E aí é preciso, dentro desta homenagem, fazer referência ao então governador Luiz Henrique da Silveira, que foi o timoneiro nesse processo, que, dentre tantas prioridades que tem Santa Catarina, escolheu dar dignidade aos municípios que eram acessados por estradas de terra, chão batido, poeira, lama, levando a essas comunidades, essas cidades, o acesso através do tapete preto, como

muitos costumam se referir, na gíria, ao acesso asfáltico.

E aquele projeto foi se desenvolvendo ao longo dos oito anos em que Luiz Henrique esteve como governador do estado de Santa Catarina, como prioridade. Mas o município de Paial foi o último dentro desse organograma, não por culpa de Luiz Henrique, muito menos por culpa do governador Raimundo Colombo, mas parou porque tivemos questões envolvendo a Funai naquele território.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço com muita alegria o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria que ficasse registrado que nós acompanhamos o governador Luiz Henrique, que é da nossa região, de Joinville, e ele tinha o sonho de concluir, na sua gestão, a rodovia Costa do Encanto, que interligaria todas as praias da nossa região.

Mas ele acabou sacrificando aquela rodovia Costa do Encanto para poder, dentro do seu governo, dos seus dois governos, fazer as entradas dos municípios, todas elas asfaltadas, e agora concluindo com essa que v.exa. está citando.

Se não fosse aquela vontade enorme que ele tinha de ver isso acontecer, se ele fosse bairrista ou pensasse somente na sua região, não estaríamos hoje comemorando este último município com entrada asfaltada.

Então, gostaria que isso ficasse registrado. Foi sacrificada a rodovia Costa do Encanto, que passa por todas as praias. Sacrificou este projeto para poder concluir esses acessos que agora beneficiam quase 600 mil habitantes.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quantos habitantes tem a cidade de Joinville, deputado?

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Aproximadamente 560 mil habitantes.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Para atendermos um município que tem 1.763 habitantes, que também são catarinenses, são pessoas que produzem renda para o nosso estado.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - A região que ele deixou de atender corresponde a mais de um milhão de habitantes.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Veja só, para atender uma região distante, um município pequeno que também é importante no cenário de Santa Catarina, e nós, mais do que ninguém, sabemos o quanto esses municípios contribuem para a economia do estado catarinense, que vivem na pequena propriedade rural produzindo alimentos para o nosso país e até mesmo para o mundo, porque daquela região sai muita proteína animal que é exportada para vários países.

Então, tenho que aqui fazer essas homenagens a esses administradores que tiveram a preocupação de levar essas oportunidades aos pequenos municípios catarinenses, porque junto com o asfalto não vai somente a oportunidade de um bom passeio, de um bom deslocamento, mas o desenvolvimento caminhar junto, as oportunidades de emprego para as pessoas que vivem mais distantes da capital ou dos grandes centros do estado de Santa Catarina.

É uma visão futura que vai com certeza, além de levar a dignidade, também vai a possibilidade de muitas famílias realizarem o sonho de ver os seus netos sendo criados no pequeno município perto de seus familiares, vivendo da cultura que seus avós foram criados e acostumados a viver.

Então, parabéns a esta iniciativa! E é uma pena que temos ações, a exemplo desta da Funai, que acabou paralisando basicamente cinco anos essa obra importante. E me causou muita surpresa em ver, deputado Sandro Silva, no dia da inauguração, com o asfaltamento basicamente todo concluído, passando quase 7km dentro da aldeia, mas no centro da aldeia onde os índios residem, 150m não receberam asfalto porque a Funai, nos últimos 15 dias, decidiu que não podia asfaltar aquele pedacinho. E os índios que teriam também um pouquinho mais de conforto, agora vão ficar com 150m de lama, de poeira, de barro, porque a Funai não permitiu asfaltar um pequeno trecho.

Assim, voltamos a questionar novamente o papel da Funai. Hoje percebemos que levar conhecimento

ao indígena está distante das atividades da Funai, levar saúde aos povos indígenas também está distante das suas atividades.

Agora, reivindicar mais terra para a Funai, opa! É tema de pauta, é a primeira ação que eles desenvolvem a cada início de mês. Um território um pouquinho maior aqui; um novo território em Santa Catarina. São mais de 12 aldeias que estão requerendo a ampliação de área no território catarinense. Se analisarmos o território nacional, hoje 12% desse território são reservas indígenas constituídas, enquanto que em Santa Catarina, temos 1,1% do território nacional, os índios já detêm 12%.

Será que uma melhor ocupação desse território por parte da Funai, desenvolvendo verdadeiramente o seu papel, que é levar educação, saúde, possibilidade para que o índio possa desenvolver não seria melhor do que simplesmente reivindicar mais área, levar desassossego para as famílias que vivem na propriedade escriturada há mais de 80, 90 até 100 anos, a exemplo do município de Cunha Porã e de Saudades, concentradas todas essas famílias na pequena propriedade rural estruturadas.

Eu acho que temos que rever esse processo. E aí sou um defensor, se não me falha a memória, da PEC n. 215 ou 216 que tramita no Congresso Nacional, exigindo que o Congresso Nacional se manifeste sobre qualquer ampliação ou constituição de nova reserva, porque hoje a Funai decide tudo em nível de país de forma parcial. Ela simplesmente tende aquilo que são princípios e acaba definindo que determinada área com base em laudos antropológicos que, na grande maioria das vezes, são cópias fiéis de outros laudos elaborados em outras regiões do país, resolvem e decidem que naquela localidade, em determinado município, terá que ser constituída uma reserva indígena.

Doa a quem doer, aconteça o que acontecer com essas famílias, porque muitas delas não sabem para que lado vão se socorrer a partir do momento que terão que deixar suas propriedades, e a Funai sentada num gabinete de Brasília acaba de forma

parcial definindo os futuros de tantas e tantas famílias em nosso país.

Eu vejo que tudo isso precisa ser revisto e aí o Congresso Nacional tem que ser chamado para o seu compromisso também, porque nós aqui no território catarinense, nós os deputados estaduais somos limitados em ações dessa natureza, mas fizemos a nossa parte, não discriminando o índio, muito pelo contrário, defendendo-os, porque eles estão sendo expostos em Santa Catarina de forma imprópria, sem trabalho para que possa produzir renda, que é o que todos querem, gerando oportunidades para seus filhos na aldeia. Sem essas alternativas eles não conseguem se manter e aí a Funai peca com a essência do seu papel, que é gerar o desenvolvimento nas comunidades indígenas.

Mas também quero dizer que o extremo oeste de Santa Catarina está contente com obras importantes do governo em infraestrutura. Nós estamos andando a todo vapor no trecho que liga o município de Anchieta a Romelândia, uma rodovia que era requerida há mais de 50 anos e que está em andamento, fazendo com que essa obra se torne realidade.

Da mesma forma, a todo vapor, está andando também a restauração do trecho que liga Chapecó até o município de São Lourenço do Oeste, a segunda pior rodovia estadual que nós tínhamos na região. A primeira já foi resolvida, que era o trecho de São Lourenço a São Domingos, já foi inaugurada, e hoje é uma rodovia segura que permite com que a gente possa escoar a produção e também transitar pela rodovia a passeio ou a trabalho com a segurança que uma rodovia pode oferecer a todas as pessoas que usam esse meio de locomoção.

O trecho entre Chapecó a São Lourenço é um trecho que está andando conforme o plano de trabalho. A sociedade tem acompanhado diuturnamente os avanços nas melhorias dessa rodovia, que vai mudar significativamente o desenho desse trajeto. Com isso, com certeza,

ganhamos todos nós catarinenses com a melhoria dessa rodovia.

Tivemos essa semana também a sinalização por parte do secretário da Infraestrutura de que o trecho de Chapecó até o município de Mondaí, especificamente Chapecó a Águas de Chapecó, já está no conselho gestor para a aprovação de edital para revitalização daquela rodovia que também deve acontecer agora nos primeiros dias.

Parabéns, novamente ao nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira pelo projeto inovador aqui em Santa Catarina de gerar oportunidades aos pequenos municípios de terem o seu acesso asfaltado. Parabéns ao governo Raimundo Colombo por ter dado continuidade a esse projeto importante para esses catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PT.

Com apalavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, acho que o deputado Mauro de Nadal tem que agradecer também a nossa Dilminha, pois se não fosse os mais de R\$ 10 bilhões que estão sendo investidos no estado, não se teria asfalto até Paial, ou encaminhamento até Romelândia, cidade que conheci neste final de semana, dentre tantas outras obras que estão sendo feitas dessa magnitude. Isso tudo graças a nossa Dilminha.

A presidente tem contribuído muito para que Raimundo Colombo, Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner e tantos outros deputados caminhem para a inauguração daquele asfalto. Porém, há muito que caminhar ainda, porque de Rio do Campo a Taió já foram entregues quatro ordens de serviço.

Assim como tenho as minhas críticas com relação ao governo federal, a situação de Xanxerê que o PT ajudou a fechar, finalmente vai andar. O

deputado Manoel Mota hoje falou do Morro do Formigão e sobre a obra da ponte de Laguna, que é a maior obra do sul do país, e que está sendo encaminhada.

Então, é um conjunto de ações que, logicamente, tem a parceria de todos, principalmente no momento em que se tenta criar um confronto com o governo federal envolvendo a questão da Petrobras, e está comprovado que uma diretoria de alta capacidade, como a Gerda, que é um dos maiores empresários do país, também o empresário que hoje é presidente da Editora Abril, de um grande grupo econômico de comunicações, tenha tomado essa postura. Mas o importante é que esse pessimismo está-se esvaindo, tendo em vista que no primeiro bimestre a economia e a indústria cresceram.

É impressionante que se tente rebaixar valores e a nota do Brasil no que tange à confiabilidade internacional, e o país continue crescendo, gerando emprego. A indústria está falando mal, mas cresceu no primeiro bimestre acima do previsível, com um dos maiores níveis de crescimento dos últimos dez anos. Não dá para entender que as coisas mudem do dia para a noite por causa do negócio em Pasadena, da refinaria que foi comprada nos Estados Unidos, e foi um negócio interessante, à época, pelo planejamento, que pelo que dizem, custou US\$42 mil. Mas, aqui, apenas o terreno do suposto prédio do Ministério Público passou de US\$54 milhões, por exemplo.

Neste momento do partido, em que discutimos este cenário, nada mais claro do que saber que o governo que está aí é um governo de esperança e solidez. A presidente Dilma, por mais que se discuta a sua capacidade de gerenciamento, tem superado todas as expectativas. Cabe ao Congresso Nacional, ao Senado Federal fazer a fiscalização. Propuseram a CPI e conseguiram. Então, ótimo! Que façam a investigação. Da mesma maneira, estou protocolando hoje, aqui, a CPI para, efetivamente, fiscalizarmos o prédio virtual, que não existe, do Ministério Público, com o terreno que do dia para a noite passou a valer R\$38 milhões.

O deputado Ciro Roza que está na minha frente é prova de que no dia 16 chegou a minha mão um documento, neste envelope, lacrado. Mostrei-lhe e disse: Se isso aqui for verdade cabe uma CPI para investigar. E o documento dizia que o Ministério Público acabara de negociar a compra de um terreno, com a planta para um prédio, numa área de APP e havia sido interditada. E esse envelopezinho tinha um bilhetezinho lacrado, que com certeza, veio lá de dentro. Estou mentindo, deputado Ciro Roza?

E, logicamente, a partir daí, a exemplo do que fizeram lá, nós hoje estamos protocolando o pedido de justificativa que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Os deputados que subscrevem, com amparo no § 3º do artigo 47 da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com o artigo 41 (...) REQUEREM a constituição de COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI -, composta por cinco (05) Membros, para, no prazo de 120 dias (cento e vinte dias), prorrogáveis por igual período, a fim de apurar como fato determinado 'a aquisição através de dispensa de licitação de um prédio comercial a ser construído (...) Centro, Florianópolis- SC., pelo valor de R\$ 123.419.930, 00 (cento e vinte e três milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e trinta reais)' por parte do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme a justificativa que segue anexo ao presente requerimento." [sic]

A justificativa tem dez páginas, que a partir deste momento estarão à disposição no meu site para qualquer questionamento.

Quero deixar claro que aqui em nenhum momento queremos desacreditar o Ministério Público, que cumpre com o seu papel nas suas investigações e nas suas ações. Em nenhum momento aqui queremos discutir a validade e a importância, mas quero discutir, sim, a aplicação de recurso público, assim como fizemos em Brasília com o contrato existente com a OI, que prevê locação de telefone e câmara de videovigilância, por exemplo. E que na mesma lógica o Ministério Público justificou que

isso era plenamente possível, porque somente existia uma ou duas empresas em Santa Catarina.

Eu havia anunciado que tínhamos 19 assinaturas, mas, na realidade, um dos que havia se proposto a assinar desistiu na última hora, então temos 18 assinaturas, mas a 19ª é do povo catarinense, que vem apoiando esse movimento para a investigação e esclarecimento.

O povo de Santa Catarina precisa saber quem é o responsável pela avaliação de um terreno de 2.360m², que dizem, vale R\$ 38 milhões em menos de 30 dias. O povo de Santa Catarina precisa saber se havia ou não outras propostas com preços menores por m² do que esse que foi oferecido. O povo da Santa Catarina precisa saber se ABNT - Associação de Brasileira de Normas Técnicas -, é para todos ou é somente para alguns. Os prefeitos, os vereadores, deste país, deste estado, querem saber se a lei de licitação é para todos ou se para alguns não vale? Como diz o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público na sua manifestação com relação ao contrato da OI: "O Ministério Público tem rigor com os prefeitos e com os empresários, mas não tem esse mesmo rigor consigo, mas a lei é para todos." E que o adágio que diz *Faça o que eu digo não faça o que eu faço*, não pode existir nessa lógica.

Por isso, estamos protocolando e registrando nos anais desta Casa uma CPI para investigar esse ato do Ministério Público, que não é CPI da Casa Rosa coisa nenhuma. Se alguém está dando o nome de Casa Rosa, seria mais apropriado chamar de CPI da Casa Negra, pelo tamanho e o procedimento que precisa ser esclarecido.

Então, fica o nosso registro de que estaremos protocolando este documento e entregando para a assessoria da Casa, com cópia.

Quero aqui cumprimentar os deputados do PMDB e o deputado do PSOL, Sargento Amauri Soares, que junto com os deputados do PT, assinaram este pedido de CPI.

Hoje me perguntaram se essa CPI não ia, mais uma vez, acabar em pizza? Primeiramente gostaria de dizer que a CPI tem cinco membros e o que

estamos propondo, e esperamos que os partidos regimentalmente indiquem seus representantes, se não for regimentalmente, cabe ao presidente sortear os membros, porque se depender de mim, espero em 60 dias resolver isso, iniciando cedo e terminando tarde.

Também convido a OAB para participar, a associação de delegados, que se dispôs a participar como representante, para mostrar que a CPI não tem objeto personificado e, em nenhum momento, tem o objetivo de denegrir uma instituição.

Portanto, "Oi" a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Deputado Jailson Lima, peço a v.exa. que faça o encaminhamento para o protocolo da CPI ao primeiro-secretário, deputado Kennedy Nunes.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. e sras. deputados, amigos da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital. Não falarei sobre CPI, mas, sim, sobre apagão.

(Passa a ler.)

"Desde a adoção do novo modelo do setor elétrico em 2004 muito se avançou com planejamento dos leilões, com o conseqüente aumento da oferta para atender uma carga sempre crescente, mesmo nos anos de PIB baixo.

As questões ambientais, a política de mudanças climáticas, a questão indigenista, entre outras, interferiram na forma de inserir na matriz elétrica, as abundantes fontes de energia que o Brasil dispõe.

Ficamos mais dependentes das questões climáticas - chuva e vento - e de um pesado sistema de transmissão. Apesar de termos construído uma base térmica, que hoje está salvando o Brasil de um racionamento, ainda estigmatizamos essa fonte por ser cara e suja.

O assunto mais recorrente na imprensa nacional nesse momento é o sistema elétrico. Todo dia temos notícias que estamos usando as térmicas e que isso aumenta a conta de energia, pois são mais caras. Falar em racionamento ou racionalização neste momento não é politicamente correto, mas vem sempre a questão da segurança energética, visto que não podemos ficar sem luz, sem energia elétrica, que é vital inclusive para o abastecimento de água, *internet* e as TVs.

Precisamos rever alguns conceitos. Primeiro, as térmicas não são caras. O elétron gerado na Usina Hidroelétrica de Belo Monte para chegar ao consumidor de São Paulo - centro de carga do Brasil - custa o equivalente a um elétron gerado por uma térmica a carvão mineral nacional. As térmicas a carvão hoje representam 41% da geração de energia elétrica do mundo. Países como os EUA, que tem um dos menores custos de energia elétrica do mundo, usam cerca de 40% de térmicas a carvão. No Brasil, com 70% de geração hidráulica, deveríamos ter um custo menor. Mas por ser mais barato, usamos a energia gerada a óleo diesel nos horários de ponta. Algo está errado!

O nosso sistema é hidrotérmico com cerca de 80% de geração hidráulica. Como estamos fazendo usinas hidráulicas sem reservatório e incorporando usinas eólicas em larga escala - energia intermitente - cada vez mais dependemos de São Pedro, rezando para chover e ventar. As usinas térmicas (carvão, gás, óleo e biomassa) fazem parte do sistema interligado brasileiro com cerca de 23,5% da matriz.

Quanto à segurança energética as térmicas dependem do combustível. As de biomassa dependem da safra, são sazonais. Neste ano, tivemos problemas com a baixa safra de cana devido à seca no sudeste. As térmicas a óleo e a gás, devido ao seu elevado despacho, têm um custo de combustível mais elevado, inclusive sendo parte dele importado, causando mais prejuízo a Petrobras, que compra no mercado *spot* e revende a preços menores no Brasil.

As térmicas a carvão nacional têm um custo de combustível em moeda nacional e um custo operacional por megawatts/hora cerca de 10% do custo de uma térmica a óleo combustível.

Portanto, se tivéssemos operando 1.000 megawatts no projeto Usitesc, no sul do estado, ou no projeto Seival, no Rio Grande do Sul, teríamos hoje uma economia de R\$ 500 milhões/mês para o nosso contribuinte que, via Tesouro Nacional, pagará essa conta em 2014; e em 2015, quem pagará será o consumidor via aumento na conta de energia, que virá.

Em 2013, ficou mais que evidente a necessidade do uso de térmicas a carvão com 15% da capacidade instalada que, por ter um menor custo, foram despachadas a pleno. O nível de despacho do Complexo Jorge Lacerda - o maior do Brasil - com 10% superior a 2000, ano anterior ao racionamento.

Com as térmicas cada vez mais necessárias para a segurança energética, devemos estruturar o sistema nos próximos leilões com um modelo que premie aquelas de baixo custo variável e localizadas perto do centro de carga, reduzindo o custo total e o risco da transmissão. O uso das térmicas a carvão nacional de baixo custo variável e imunes ao efeito cambial no combustível contribuiria com maior previsibilidade nos custos das distribuidoras, hoje penalizadas pelo alto custo da energia.

Contratar térmicas com custo variável alto, a exemplo do gás natural liquefeito - GNL - e óleo combustível, independentemente de preços de energias internacionais é aumentar a incerteza e os custos para o país e para o contribuinte.

Não precisamos esperar pela descoberta e pelo desenvolvimento do gás natural, hoje inexistente, e aumentar a importação do GNL, pressionando nossa balança de pagamentos.

Podemos usar a grande reserva de carvão que temos no sul do Brasil onde, segundo a ONS existe a necessidade de incorporar 2.300 megawatts de energia firme perto do centro de carga. Além disso, investindo em usinas térmicas a carvão

Santa Catarina, gera emprego e renda na cadeia produtiva do carvão.

É preciso ver o exemplo da Alemanha, onde a sra. Bárbara Hendricks, Ministra do Meio Ambiente afirmou: 'não devemos demonizar o carvão mineral, pois contribui com a segurança energética a custo competitivo.'

Creio que chegou a hora de usar o carvão como solução estruturante, reduzindo o custo de despacho das térmicas, assegurando ao sistema cada vez mais intermitente, a garantia de energia firme e despachável perto do centro de carga, fornecendo mais confiabilidade ao sistema de transmissão.

Creio que chegou a hora de, efetivamente, inserirmos o carvão nacional na matriz elétrica brasileira. Precisamos abrir novas minas, ramais ferroviários e viabilizar as nossas térmicas nos leilões A-5.

A realidade está mostrando aos planejadores do setor elétrico que precisamos incorporar térmicas que operem na base e que tenham um custo operacional barato, como é o caso do carvão mineral.

Quem depende de chuva e vento é índio isolado, pois o índio moderno administra usinas térmicas a carvão nos Estados Unidos.

Serve para uma reflexão.

É isso, sr. presidente, srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, como estamos num Parlamento, cuja palavra origina-se da expressão *Parlare*, ou seja, falar, quero aproveitar esses dez minutos para fazer uma pequena e séria reflexão sobre o momento em que estamos vivendo.

Muito se fala no padrão Fifa, e eu gostaria de entrar num assunto, muito interessante, sobre o

pagamento de impostos neste país, impostos que pagamos e que também, na verdade, tem o padrão FIFA. Estamos pagando impostos de países ricos e recebendo serviços de países pobres.

(Passa a ler.)

“Em dois países emergentes a carga tributária é maior que a nossa, em compensação em outros 153 países a carga tributária é menor que a nossa. Dos mais de R\$ 5 trilhões em riquezas que o país vai gerar neste ano, quase R\$ 2 trilhões serão desviados das famílias, que poderiam alimentar o consumo, e das empresas, que poderiam virar investimentos, e vai para o setor público, através de impostos, de taxas e de contribuições.

Aonde vai parar o nosso dinheiro?

Seria na infraestrutura, deputado Pedro Baldissera? De acordo com o Índice de Competitividade Global - ICG - do Fórum Econômico Mundial, que compara diversos indicadores entre 148 países, ranqueando-os do melhor ao pior, aparentemente não é. Em qualidade de infraestrutura o Brasil está em 103º lugar em ferrovias; 120º lugar, em rodovias; 123º lugar, em aeroportos e 131º lugar, em portos. Dos quase R\$ 2 trilhões que pagaremos em impostos, apenas pouco mais de R\$ 100 bilhões serão investidos em infraestrutura. Um valor parecido será desviado por corrupção. Ainda sobra mais de R\$ 1,7 trilhão. Será que este dinheiro vai para a educação? O ICG sugere que não. Poucos vão à escola.

O Brasil está em 69º lugar em acesso à educação básica e em 85º lugar em acesso à universidade. E quem vai aprender pouco, pois estamos em 121º lugar em qualidade de ensino universitário e 129º lugar em qualidade de ensino básico.

Nesse caso, o dinheiro deve ir para a saúde quem sabe. Será? Somos o 74º país em mortalidade infantil e o 78º em expectativa de vida.

Então, deve estar sendo investido em pesquisa, em desenvolvimento, em inovação, em produtividade e competitividade? Não parece. Estamos em 112º lugar em número de cientistas e engenheiros em relação ao tamanho da população e em 136º lugar em

qualidade de ensino de matemática e ciências, e 145º lugar em total de exportações em relação ao tamanho da economia.

Onde está o dinheiro dos nossos impostos, então? Em parte sendo investido em programas sociais do governo. Em uma parte muito mais significativa, mal gasta ou simplesmente consumida pela própria máquina pública.

Pagamos por um dos governos mais caros do mundo, mas recebemos um dos mais ineficientes.

Estamos em 124º em crimes e violência, 126º em tarifas de importações, 132º em desperdício de recursos públicos, 133º em desvio de recursos públicos, e em 138º em impostos sobre trabalho, 139º em custo de processos alfandegários, 144º em números de dias para abrir uma empresa e 147º em custo da regulamentação governamental.

Em plena campanha eleitoral, onde estão os projetos para mudarmos radicalmente essa situação? Pelo jeito, no mesmo lugar que os R\$ 2 trilhões que pagaremos de impostos neste ano. Deve ser por isso que o Brasil é apenas o 136º país do mundo em confiança nos políticos."

E aqui vamos fazer uma *mea culpa*. Nosso país com esse índice não vai mudar nunca se a classe política, o Congresso Nacional não mudar sua maneira de ser, sua maneira de ver e de agir. Se o Congresso Nacional como um todo, independentemente de ser Oposição ou Situação, se os políticos como um todo, principalmente em nível federal, não mudarem seu modo de agir, este país jamais vai sair desse patamar. Não adianta uma parte se esforçar e outra não. Todos têm que chegar a uma conclusão que o país precisa ser mudado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do vereador do município de Gaspar, Antônio

Dalsochio, do Partido dos Trabalhadores, bem como de homens e mulheres que vieram daquele município para estarem atentos hoje quando a sessão será suspensa, para homenagearmos um casal de poetas do município de Gaspar, que se faz presente nesta Casa. Aproveito para dar as boas-vindas a todos que saíram daquele município tão importante para o nosso estado para prestigiar esta sessão ordinária e também a homenagem que o Parlamento fará a este casal de poetas, que é o sr. Júlio e a sra. Arlete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até quatorze minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo neste momento falar sobre um assunto que tem tomado conta da pauta do Parlamento Catarinense neste ano que diz respeito à CPI da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para investigar o Ministério Público.

Talvez, sr. presidente - não tenho dados aqui, deputado Mauro de Nadal -, essa seja a única oportunidade, alguém me corrija se estiver errado, seja o momento impar na história de Santa Catarina e do Brasil! Talvez essa CPI, que já tem assinaturas para que possa ser instalada, desde que cumpra o rito da Casa, venha a ser a única na história da República, na história do Parlamento Catarinense, do Parlamento Brasileiro, em que os parlamentares vão fiscalizar, vão investigar o Ministério Público de Santa Catarina.

Espero que a população tente compreender isso. E aí, sr. presidente, eu me reporto às manifestações do ano passado.

Nós vivemos um momento impar. O Brasil mudou. Não pensem que o Brasil não mudou! Principalmente no cenário político, a nossa vida de agentes políticos mudou, e muito! Felizmente!

Nós estamos sendo, deputado Mauro de Nadal, mais monitorados, mais acompanhados, mais vigiados e a população está atenta ao nosso dia a dia, às nossas ações, aos nossos pronunciamentos, aos nossos projetos, aos nossos trabalhos, e não poderia ser diferente.

Deputado Padre Pedro Baldissera, que preside a sessão neste momento, talvez esta seja uma sessão histórica, porque a Assembleia Legislativa abre e encaminha uma CPI para investigar o Ministério Público. Histórica e perigosa!

As pessoas foram para as ruas, deputado Mauro de Nadal - trabalhadores, jovens, idosos, profissionais liberais, sem bandeira, sem líder - com objetivos difusos e deixaram para toda a sociedade, principalmente para a classe política, a seguinte mensagem, no meu entendimento: "Nós queremos um Brasil melhor, mais justo, mais igualitário, mais honesto, mais transparente! Nós queremos uma nova ética, em todos os sentidos, mas principalmente na política e na gestão pública." Este foi o recado que eu entendi.

No bojo dessas manifestações, pudemos perceber algumas bandeiras, e uma das bandeiras, deputado Silvio Dreveck, foi a PEC n. 37, que tirava o poder de investigação do Ministério Público. Era uma PEC que foi sepultada, que diminuía o poder de uma instituição que tem dado grandes contribuições no combate à corrupção, no combate à criminalidade e na defesa da nossa sociedade, dos direitos das pessoas, das entidades, das instituições, em defesa da democracia, por que não, e na consolidação da democracia.

E essa PEC, após as manifestações, após o grande apoio que obteve das massas, do povo brasileiro, foi sepultada no Congresso Nacional. Até aqueles líderes que defendiam, que falavam e que discursavam mudaram a sua posição, porque ninguém enfrenta o povo, ninguém ousa se colocar contra o povo, pois a voz do povo é a voz de Deus. Este é um ditado popular antigo, deputado Padre Pedro Baldissera, v.exa. sabe melhor do que este deputado, que tem muita validade.

Dito isso, após seis meses, nós, que sempre defendemos - eu sempre defendi -, e vejam que já tive problemas com o Ministério Público, quem não teve?

Mas resolvi a situação, me defendi, provei minha inocência, e estou aqui de cara limpa, de mãos limpas, para falar o que entendo que devo falar. E, após manifestações, nós, o Parlamento Catarinense, vai abrir uma CPI para investigar o Ministério Público.

Teoricamente, deputado Nilson Gonçalves, não é uma CPI contra o Ministério Público, é contra um objeto determinado, a compra de um terreno para fazer um anexo ao Ministério Público. Mas os pronunciamentos, as entrevistas, as ações, se transformaram contra, sim, a instituição Ministério Público também. Essa é a grande verdade, e aí reside a minha divergência.

Por que a minha divergência, deputada Dirce Heiderscheidt e deputado Sandro Silva? É porque eu sempre defendi o entendimento e a harmonia entre os Poderes. Eu sempre defendi o diálogo e o bom relacionamento entre os poderes e as instituições para o bem da democracia. E nós estamos agredindo uma instituição que tem o apoio da sociedade catarinense e brasileira.

Mas nós não devemos fiscalizar e investigar? Sim, todas as instituições tem algo a ser corrigido, deputado Mauro de Nadal, e o Parlamento também, inclusive.

Temos que fazer algumas pequenas correções no Judiciário, no Ministério Público, no Poder Legislativo e no Poder Executivo. Isso tem que ser feito. Agora, tem formas de fazer, de encaminhar, de propor. Não é com agressões, não é com divergências pessoais que vamos jogar o Parlamento Catarinense contra o Ministério Público de Santa Catarina. Isso eu não aceito. Não faço parte e não concordo, não assino, não participo, porque nós precisamos manter a convivência harmônica entre os Poderes.

Quero dizer que o objeto é a compra de um terreno, o valor avaliado e a dispensa de licitação, claro. O Ministério Público precisa

comprar aquele terreno contíguo à sua sede, não dá para comprar um terreno na Praia Mole, na Praia Brava nem em São José, tem que ser aquele terreno. Portanto, não precisa ser especialista ou jurista para entender que cabe a dispensa de licitação.

Deputado Sandro Silva, quanto vale o m² no centro de Joinville? Vale R\$ 4,5 mil, segundo a *Revista Exame*. Está lá. São vendidos todos os dias, todas as semanas, e a revista *Exame*, numa matéria que fez, publicou que já foram vendidos terrenos no Estreito, no Itacorubi e na Trindade, deputado Mauro de Nadal, deputado Silvio Dreveck, deputado Valmir Comin, por R\$ 5.500,00 o m².

Ora, com esse dado eu acabo de concluir que o valor da compra do terreno do Ministério Público, por R\$ 5.000,00 não foi exagerado. Não sou eu que estou dizendo, é a *Revista Exame*. Está escrito, está publicado. Contra fatos não há argumentos.

Então, acabo de acreditar que nós estamos entrando num viés perigoso, e nós não podemos deixar, deputado Silvio Dreveck, que o Parlamento Catarinense seja envolvido, deputado Moacir Sopelsa, seja usado, seja um instrumento de uma divergência pontual ou pessoal de quem quer que seja.

Nós passamos, mas o Parlamento Catarinense permanecerá para sempre, e se Deus quiser fortalecido, atuante e sempre defendendo as causas da nossa comunidade. E em relação ao Ministério Público e ao Judiciário sempre não abrimos mão do fortalecimento entre os Poderes.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concedo um aparte ao deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Obrigado, deputado Darci de Matos. Primeiramente, apenas quero dizer a v.exa. que o PMDB não assinou essa CPI por questões pessoais.

Nós assinamos porque é um papel deste Parlamento também fiscalizar, e todos nós que somos homens públicos, quer sejam investidos em mandatos ou efetivos através de concurso, temos, como se diz na gíria, o telhado de vidro.

Então, temos que ter responsabilidade sobre os nossos atos. V.Exa. tem tocado com muita propriedade na questão das avaliações dos lotes, mas a CPI não é somente um processo acusatório. A CPI difere do processo investigatório da Polícia Civil e do Ministério Público porque vai permitir aqui que a outra parte também possa oferecer a sua defesa e fazer o contraditório, mostrar que está correto o procedimento que foi adotado.

Então, o Ministério Público vai ter legalmente uma forma de poder aqui no Parlamento Catarinense apresentar o outro lado da versão, e com isso podemos, através da CPI, concluir se o processo foi lícito, ou ilícito, correto ou incorreto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço o aparte do deputado Mauro de Nadal, respeito, mas discordo. Nós, deputado Aldo Schneider, poderíamos sob qualquer dúvida convidar o promotor chefe do Ministério Público de Santa Catarina, dr. Lio Marcos Marin, e tenho certeza de que no dia seguinte ele estaria aqui nesta tribuna, neste Parlamento, nas comissões técnicas, na nossa assessoria jurídica dando toda e qualquer informação para dirimir as dúvidas desta Casa.

E aí encerro, presidente deputado Joares Ponticelli, dizendo que estou muito preocupado, sim, com o conflito entre os Poderes. Estou muito preocupado, sim, porque não disse que o PMDB assinou a CPI por questões pessoais, não citei partido algum, estou dizendo que há interesses, divergências pessoais do Parlamento Catarinense em relação ao Ministério Público. Essa é a grande verdade!

Quero dizer a v.exa. que o PSD, que a minha bancada, e eu como líder, vamos protocolar no momento oportuno nesta Casa um documento, sr. presidente, dizendo que o PSD não concorda, não participa e, portanto, não vai indicar nenhum membro da sua bancada para compor a CPI da Assembleia Legislativa que vai investigar o Ministério Público do nosso estado, pelos motivos que acabei de colocar, e vou continuar expondo os nossos motivos nos debates futuros porque,

certamente, haverá muitos no Parlamento Catarinense.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Darci de Matos.

Esta Presidência registra e agradece a presença do nosso querido prefeito Evandro João dos Santos, de Paulo Lopes, que está acompanhado do presidente da Câmara de Vereadores daquele município, vereador João dos Passos Custódio.

Sejam bem-vindos à sede do Parlamento Catarinense na tarde de hoje.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Conversão em Lei da Medida Provisória PLC 0194/2014, de autoria da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, que altera a Lei n. 15.984, de 2013, e estabelece outras providências. (Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde.)

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado o projeto de conversão em lei da medida provisória.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0064/2014, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que altera Lei n. 15.840, de 2012, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Portadores de Mielomeningocele e Neoplasia - Casa de Apoio Mielo e Neoplasia, de Blumenau.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0599/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que altera a Lei n. 10.698, de 1998, que declara de utilidade pública a Fundação Pauli-Madi Pró Solidariedade e Vida, de Joinville.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0013/2014, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que denomina Centro Poliesportivo Milton Hahn e ginásio de esportes da E.E.B. São Vicente, no município de Itapiranga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0187/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina de Joaquim Chiquette o ginásio de esportes, contíguo à Escola de Educação Básica dr. Frederico Rolla, no município de Atalanta.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0388/2013, de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui o Dia Estadual da Conscientização Social, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro o Projeto de Lei n. 0443/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que altera a ementa e os arts. 1º, 2º e 3º da Lei n. 16.064, de 2013, que institui a Semana Catarinense do Esporte Educativo no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0148/2014 e 0150/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Com relação à indicação anterior, relacionada a Barra Velha e à região do Itaperiú, gostaria de dizer que marcamos uma audiência com o secretário de Segurança Pública e vamos estar lá na semana que vem, juntamente com os prefeitos dos dois municípios e também com o delegado regional, dr. Dirceu, de Joinville, para convalidar isso que já colocamos expressamente através da Assembleia Legislativa.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sobre a Indicação n. 0148/2014, que já foi aprovada, gostaria de saber do deputado Nilson Gonçalves se esses dois municípios estão sendo atendidos por outra regional que não seja a de Joinville? Ou é a falta de atendimento da própria regional?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Os dois municípios são atendidos pela regional de Itajaí e os dois prefeitos vão tratar das questões dos seus municípios em Joinville, mas quando chega a questão de Segurança Pública não podem tratar em Joinville, porque é da regional de Itajaí.

Então, nós vamos corrigir esse problema, fazendo com que esses dois municípios passem a fazer parte na regional de Joinville na questão da Segurança Pública, da Polícia Civil.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNDY NUNES - Acabo de vir do comando da Polícia Militar onde tratei desse assunto. Conversando com o comandante Nazareno Marcineiro, percebi que eles têm razão. A Polícia Militar e a Polícia Civil fizeram uma divisão no estado obedecendo às comarcas, porque existe o juiz, o promotor, o delegado e o capitão. E a Polícia Militar diz que a companhia de Barra Velha acaba atendendo ou tendo responsabilidade em alguns municípios que são ligados à comarca de Navegantes. Nisso tem razão tanto a Polícia Militar quanto a Civil. E eu disse que o pessoal lá está reclamando quando vão tratar de algum assunto relacionado à Segurança Pública na SDR, porque os municípios de São João do Itapiriú e de Barra Velha participam da SDR de Joinville, mas as questões da Celesc, Casan, Polícia Civil e Polícia Militar são tratadas em Navegantes. Está havendo esse atrito porque, quando os prefeitos vão tratar de segurança, eles não podem tratar de qualquer outro assunto uma vez que são de Navegantes.

Entendendo que a execução do trabalho da Polícia Civil e da Polícia Militar fica realmente mais fácil quando se trata da mesma comarca. Acho que é muito melhor para Barra Velha e São João do Itapiriú passarem para a secretaria de Desenvolvimento Regional de Navegantes e lá tratarem todas as questões, do que ficar dessa maneira, porque, culturalmente, o município de Barra Velha é ligado ao município de Joinville. Mas estou convencido, como representante da região, de que eles têm razão de estar ligados a Navegantes por conta dessa questão de jurisprudência de comarca. E a minha sugestão para os prefeitos de Barra Velha e de São João do Itapiriú para diminuir os problemas seria passar para a SDR de Navegantes ou Itajaí. Acho que isso, com certeza, resolveria bastante a situação deles.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Novamente, pela ordem, concedo a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Quero esclarecer ao deputado Kennedy Nunes que estamos tratando especificamente da questão da Polícia Civil. Na Polícia Militar, realmente existe o entendimento de que fica de bom termo continuar como está.

Conversei com o delegado regional, dr. Dirceu, da Polícia Civil, também com os prefeitos, e eles entendem que é melhor, mais produtivo e objetivo ficarem ligados a Joinville. Por isso, está marcada uma audiência com o secretário da Segurança Pública, e estaremos lá com os prefeitos de São João do Itaperiú e de Barra Velha, para tratar especificamente da questão da Polícia Civil. Parece que, no caso da Polícia Militar, outras questões envolvem o problema.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Assim, mais uma vez, ficou comprovado que as secretarias de Desenvolvimento Regional não resolvem o problema. Vemos aí novamente dois municípios que não sabem onde serão atendidos. A Polícia Militar pertence a Navegantes e a SDR a que pertencem esses dois municípios é a de Joinville.

Se houvesse realmente uma descentralização seria interessante que ela funcionasse. Mas no momento as secretarias de Desenvolvimento Regional não conseguem resolver esses problemas. O exemplo disso é que estamos com um problema numa obra na cidade de Blumenau, na SC-108, e não se resolve nada na secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau, tem que ser resolvido aqui, na secretaria de Infraestrutura. Então, um joga para o outro o problema e a população fica esperando a resolutividade dos problemas que afligem o nosso estado.

Parabéns pelo seu encaminhamento!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria somente de ratificar que todas as questões relacionadas à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Celesc, possuem autonomia própria de estado e essas subordinações não estão afetas à secretaria de Desenvolvimento Regional. Elas têm estrutura própria e cada uma possui a sua divisão geográfica. Elas não compreendem a questão da secretaria de Desenvolvimento Regional propriamente dita.

Então, evidentemente, a solicitação do deputado Nilson Gonçalves parece-me extremamente meritória. Só que não compete à secretaria de Desenvolvimento Regional nenhuma resolver casos da Polícia Civil, Militar, da Celesc, da Casan, todas estas têm autonomia própria em termos geográficos, inclusive. Apenas queria ratificar isso.

As secretarias de Desenvolvimento Regionais possuem o seu papel. Por exemplo, todos os convênios realizados pelo governo do estado são tramitados na secretaria de Desenvolvimento Regional. Esse é o papel delas. Outro papel da secretarias é fomentar o desenvolvimento da região. Agora, existem alguns serviços públicos que possuem a sua própria estrutura, que não estão vinculados à secretaria de Desenvolvimento Regional. É bom que se registre isso, até porque a secretaria de Desenvolvimento Regional é uma coisa, e Polícia Civil e Militar possuem as suas próprias delegacias regionais. É isso que eu gostaria de deixar claro, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Comunicamos, ainda, que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0151/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0152/2014, de autoria do deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero registrar a presença do nosso amigo prefeito de Barra do Sul, Ademar Borges, o Ademarzinho, e o vereador Nelinho, secretário de Obras. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0225/2014, de autoria Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - V.Exas. conhecem o sr. Mário Gonzaga Petrelli, que é o fundador do grupo RIC/Record, e acaba de ser reconhecido também pelo trabalho desenvolvido no estado do Paraná, recebendo o título de Cidadão Honorário do município de Londrina. Nós não poderíamos deixar de registrar, na Casa, essa homenagem feita a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a permissão de v.exa. esta Presidência também subscreverá o referido requerimento.

Esta Presidência também comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0226/2014, 0229/2014 e 0230/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, por ser uma pessoa amiga e com quem convivi durante muitos anos, um companheiro de rádio no município de Joinville, não poderíamos deixar de registrar aqui o falecimento do nosso querido Olívio Pereira, que morreu aos 72 anos após um infarto.

Esse radialista era uma das pessoas mais conhecidas na nossa região e, com certeza absoluta, os ouvintes estão se sentindo viúvos num tempo desses com a falta desse amigo, dessa pessoa bastante conhecida.

Portanto, deixo registrado através desse pedido a morte do nosso companheiro radialista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Esta Presidência, defere, ainda, os Requerimentos n.s: 0227/2014, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0228/2014, de autoria do deputado Jailson Lima.

Moção n. 0028/2014, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao comandante-geral da Polícia Militar do estado, manifestando reconhecimento pela eficiência da atividade de combate ao crime desenvolvida pelo 8º Batalhão da Polícia Militar, do município de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Sra. e srs. deputados, esta Presidência recebeu o requerimento que preenche todos os requisitos com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"A deputada que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer que a suspensão da sessão ordinária do dia 02 de abril de 2014 pelo tempo de dez minutos, após a Ordem do Dia, para a homenagem aos poetas catarinenses sr. Júlio Cesar Brindon dos Santos e sra. Arlete Trentini dos Santos."

Esse sobrenome, Trentini, deve ser de origem italiana, da região do Trento, de onde também vieram os meus antepassados.

Portanto, como o requerimento preenche todos os requisitos, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha!) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente para colaborar e ser gentil retiro minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado pelo gesto. E o deputado Nilson Gonçalves também retira sua inscrição.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, para hoje, às 19h, em homenagem ao Sicoob e Sicred estadual.

Está encerrada a sessão.